

**Informação solicitada aos órgãos licenciadores federal, estaduais e municipais para monitoramento e análise dos efeitos da aplicação da Resolução CONAMA 369/2006 que dispõe sobre os casos excepcionais de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente – APPs.**

Respostas realizadas pela Gerencia de Empreendimentos Energético na Superintendência de Infra Estrutura, Mineração, Indústria e Serviços – SUIMIS/SEMA.

1- Quantitativo de pedidos de autorização de intervenção ou supressão de vegetação em APP protocolados desde a publicação da Resolução (março de 2006).

R: Em média 350.

2- Fatores motivadores das negativas de autorização de intervenção em APP.

R: Nenhum pedido negado.

3- Quantitativo de pedidos de autorização de intervenção ou supressão de vegetação em APP deferidos, discriminados, se possível:

3-1- por tipo de obra, plano, atividade ou projeto (conforme classificação da Resolução CONAMA 369/06:

R: A quantificação de processos deferidos por atividade demandaria um levantamento mais detalhado junto ao órgão com tempo maior, a fim de disponibilizar tais informações. Como citado na resposta da primeira pergunta foi liberado ou deferiu-se em média 350 processos envolvendo atividades como geração de energia, transmissão de energia elétrica, construção de pontes, drenagem urbana, e outras.

3-2- por tipo de APP (conforme tipos elencados na Resolução CONAMA 303/02).

R: APP margeando cursos D'Água.

4- Área de APP a ser afetada pelos pedidos deferidos, por tipo de APP, ou, se não for possível esta avaliação, tipos de APP que serão mais afetados.

R: Margeando cursos D'Água.

5- Dificuldades encontradas pelo Órgão licenciador na interpretação da Resolução.

R: Não foram encontradas dificuldades.

6- Dificuldades encontradas pelo Órgão licenciador na aplicação da Resolução.

R: Nenhuma.

7- Atividades, planos e obras de utilidade pública ou interesse social, não elencados na Resolução, que deveriam ser considerados, segundo o Órgão licenciador.

R: Como sugestão, se for o caso, travessias de linhas de transmissão de energia elétrica em área de reserva legal, pois existem situações em que não há opção de mudança de traçado para o empreendimento.